

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA GSF Nº 269/2013

Teresina (PI), 17 de Junho de 2013.

Aprova os critérios para seleção de servidores para os cursos de Pós Graduação em Nível de Especialização em Gestão Pública, Gestão e Finanças Públicas e Curso de Aperfeiçoamento, Auditoria Fiscal Aplicada.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ,
no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a participação dos servidores fazendários em cursos custeados pela Secretaria da Fazenda.

RESOLVE:

Art. 1º - A seleção de servidores para participação nos cursos de Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão Pública, Gestão e Finanças Públicas e Curso de Aperfeiçoamento, Auditoria Fiscal Aplicada, obedecerá ao disposto nessa Portaria e no Regulamento de Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria da Fazenda, PORTARIA GASEC nº 300/03.

Art. 2º - Os critérios de preferência para o preenchimento das vagas para os cursos citados no artigo 1º, obedecerão a seguinte ordem:

- I- Para o curso de especialização em Gestão Pública:
 - a) Servidor Fazendário ativo com curso superior, ocupante do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF, ocupante do cargo de Técnico da Fazenda Estadual, em exercício na SEFAZ-PI (equipara-se servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso);
 - b) Servidor Fazendário ativo com curso superior, ocupante dos Grupos de Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF, representante classista ou a disposição de outros órgãos Públicos;
 - c) Servidor Fazendário ativo, ocupante do cargo de Analista do Tesouro Estadual e Analista Auxiliar do Tesouro Estadual (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso).
- II- Para o curso de Especialização em Gestão e Finanças Pública:
 - a) Servidor Fazendário ativo, ocupante do cargo de Analista do Tesouro Estadual e Analista Auxiliar do Tesouro Estadual (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso)

- b) Servidor Fazendário ativo, ocupante do cargo de Analista do Tesouro Estadual ou Analista Auxiliar do Tesouro Estadual, representante classista ou a disposição de outros órgãos públicos;
- c) Servidor Fazendário ativo com curso superior, ocupante do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF, em exercício na SEFAZ – PI (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso).

Parágrafo Único: Não preenchendo o número de vagas nas especializações em Gestão Pública e Gestão e Finanças Públicas **estas** serão destinadas aos servidores efetivos dos seguintes órgãos:

- a) Controladoria Geral do Estado;
- b) Secretaria de Estado de Planejamento;

III- Para o curso de Aperfeiçoamento em Auditoria Fiscal:

- a) Servidor Fazendário ativo ocupante do cargo de Auditor Fical da Fazenda do Estado do Piauí lotados na Unidade de Fiscalização (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde);
- b) Servidor Fazendário ativo, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual, representante classista ou a disposição de outros cargos públicos;
- c) Servidor Fazendário ativo, ocupante de cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual, lotado em outras Unidades da SEFAZ (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso);
- d) Servidor Fazendário ativo, ocupante do cargo de Auditor Fiscal Auxiliar da Fazenda Estadual lotados na SEFAZ (equipara-se a servidor ativo: servidores com licença gestante, maternidade, prêmio assiduidade e tratamento de saúde, desde que não comprometa a sua participação no curso).

§1º - O critério de desempate dentro de cada prioridade definida para os cursos acima obedecerá ao disposto no Regulamento de Capacitação estabelecido na Portaria GASEC Nº 300/03.

§2º - O servidor não poderá participar de dois ou mais cursos de Especialização, ao mesmo tempo, custeados com recursos da Secretaria da Fazenda.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cientifique-se.
Cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA, em
Teresina-PI, 17 de junho de 2013.

Antônio Silvano Alencar de Almeida
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Of. 675



A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 9º, da Lei Complementar Estadual nº 059, de 30 de novembro de 2005, e conforme Edital nº 006/2013, publicado no Diário Oficial de 23 de abril de 2013, páginas 31/33, combinado com o disposto nos art. 50, § 3º da aludida lei,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 007/11 estabelece que cabe ao Defensor Público Geral estabelecer o início do prazo de trânsito e entrada em exercício nas hipóteses de remoção de Defensores Públicos em que haja mudança de domicílio;

RESOLVE:

PORTARIA GDPG - Nº 158-A/2013

DESIGNAR a Defensora Pública **FRANCISCA HILDETH LEAL EVANGELISTA NUNES**, para atuar junto a 1ª Defensoria Pública da Regional de Campo Maior- PI, no período de 17 à 21 de junho de 2013, até ulteriores deliberações.

PORTARIA GDPG - Nº 159/2013

ADIAR o início do prazo de trânsito do Defensor Público de 4ª Categoria **DR. JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO**, que foi removido da 1ª Defensoria Pública de Floriano para a 6ª Defensoria Pública Criminal de Teresina, do dia 21 de junho de 2013 para 28 de junho de 2013, devendo responder normalmente na Defensoria Pública de que atualmente é titular até o início do trânsito, informando a todos os interessados sobre a remoção, nos termos do art. 9º da Resolução n.07/2011

PORTARIA GDPG - Nº 160/2013

LOTARPROVISORIAMENTE, a Defensora Pública **CAMILA MAUES DOS SANTOS**, na Defensoria Pública Regional de Luis Correia, em conformidade com o art. 8º, I, da Resolução nº 014/2011 – CSDP, de 27 de maio de 2011, com efeitos a partir de 19 de junho de 2013, até ulteriores deliberações.

PORTARIA GDPG - Nº 161/2013

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, em conformidade com o art. 13, inciso XVII, da Lei Complementar nº 059, de 30 de novembro de 2005 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Piauí), a servidora **LUCIANA MARA DE CASTRO MOURA**, do Cargo em Comissão de Assessor Técnico III, Símbolo DAS-04, da Defensoria Pública do Estado do Piauí, até ulteriores deliberações.

PORTARIA GDPG - Nº 163/2013

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública, **Dra. Eleen Carla Gomes Brandão**, para substituir na Defensoria Pública Regional de Barras-PI, no período de 09 a 31 de julho de 2013, sem prejuízo dos trabalhos realizados em sua Defensoria de origem.

PORTARIA GDPG - Nº 164/2013-CGP

RESOLVE:

DESIGNAR a Defensora Pública, **Dra. Andrea Melo de Carvalho**, para substituir na Defensoria Pública **Dra. Patrícia Ferreira Monte Feitosa**, na 12ª Defensoria Pública da Família da Capital, no período de 22 de julho a 05 de Agosto de 2013, sem prejuízo dos trabalhos realizados em sua Defensoria de origem.

PORTARIA GDPG - Nº 170-A/2013CGP

RESOLVE:

DESIGNAR, a Defensora Pública **Dra. Ellen Carla Gomes Brandão**, para substituir a Defensora Pública, **Dra. Priscila Gimenses do Nascimento**, na 2ª Defensoria Pública Regional de Esperantina, no período de 01 a 15 de junho de 2013.

CIENTIFIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, em Teresina, 10 de junho de 2013.

Norma Brandão de Lavenère Machado Dantas
Defensora Pública-Geral

Of. 334



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SESAPI/GAB. Nº. 771/2013. TERESINA (PI), 19 jun 2013

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Avaliação dos Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS junto a Diretoria de Unidade de Assistência Farmacêutica – DUAF/PI.

Art. 2º - A Comissão será formada pelos seguintes servidores:

- a) Everton José Ferreira de Araújo, Farmacêutico, CPF: 007.725.763-43
- b) Leni Cássia Paro da Cunha, Farmacêutica, CPF: 166.931.671-87
- c) Pablo Ricardo Barbosa Ferreira, Farmacêutico, CPF: 037.878.113-89
- d) Patrícia Regia Pereira dos Santos, Farmacêutica, CPF: 514.474.283-15

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ,
TERESINA/PI,

ERNANIDE PAIVAMAIA

Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1450



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD

ATOS DO EXMO. SENHOR SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EM: 17.06.13

ERRATA - REFERENTE A RETIFICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS, da servidora **MARIA DO CARMO BARROSO SANTOS**, matrícula nº 072479-3, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação. Onde se lê: "...PIS/PASEP 17013511003, CPF 199.747.953-20, matrícula nº 075762-4, leia-se: "...PIS/PASEP 17024418069, CPF 861.352.283-15, matrícula nº 072479-3..." e não como consta na publicação do Diário Oficial do Estado nº 103, de 4 de junho de 2013.

Of. 1720

LICITAÇÕES E CONTRATOS



ESTADO DO PIAUÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE FAZENDA E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, OBJETIVANDO O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COM A MELHORIA DA QUALIDADE DE SUAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.

O ESTADO DO PIAUÍ, CPNJ Nº 03.553.481/001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, 1450, Palácio de Karnak, Centro, Teresina, Piauí, neste ato representado pelo seu Governador, **WILSON NUNES MARTINS**, portador do CPF nº 064.445.553-53 e RG nº 136.875-SSP/PI, por intermédio da Secretaria de Fazenda – SEFAZ, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.553.556/0001-91, situada nesta capital, na Av. Pedro Freitas, S/N, no Centro Administrativo, Bloco “C”, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representada por seu titular, **ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA**, CPF nº 054.311.153-91, cédula de identidade nº 146820 SSP/PI, doravante denominada simplesmente SEFAZ, e o Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE, inscrito no CPNJ sob o nº 05.818.935/0001-01, estabelecido na Avenida Pedro Freitas, 2100, CEP 64018-200, neste ato representado por sua Presidente **WALTÂNIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA**, CPF Nº 342.387.603-44, Cédula de Identidade nº 717.239-SSP/PI, denominado CONVENIENTE, resolvem de mútuo acordo firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2013, sujeitando-se no que couber à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como às demais normas pertinentes à matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto

O presente Termo Aditivo tem por fim corrigir erros materiais no Convênio nº 001/2013, com o Número do CNPJ (MF) da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ e a Cláusula Nona (Dos recursos orçamentários).

CLÁUSULA SEGUNDA: O CNPJ (MF) da Secretaria de Estado da Fazenda transcrito na epígrafe do referido Convênio nº 001/2013 deve ser lido da seguinte forma: **CNPJ (MF) sob o nº 06.553.556/0001-91.**

CLÁUSULA TERCCEIRA: A Cláusula Nona (Dos recursos orçamentários) do Convênio nº 001/2013) passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA NONA: Dos recursos orçamentários

Os recursos deste convênio serão provenientes do Governo do Estado do Piauí e sua liberação será processada através da Secretaria de Fazenda.”

E, por estarem assim justos e acordados, declaram aceitar as prescrições estabelecidas neste 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2013, bem como observar e cumprir as disposições que lhes sejam pertinentes, pelo que assinam o presente

instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo.

Teresina (PI), 20 de JUNHO de 2013.

WILSON NUNES MARTINS

Governador do Estado do Piauí

ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
Secretário de Fazenda do Estado do Piauí

Cons. **WALTÂNIA MARIA N. DE SOUSA LEAL ALVARENGA**
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

TESTEMUNHAS:

Of. 719



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07
CONTRATADO: L. PINHEIRO MENDES DE SOUSA – ME
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FONTE: 100
ELEMENTO DA DESPESA: 33903909
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 2120
DO OBJETO: DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	PREÇO TOTAL
Evento para despesa de coquetel, conforme TERMO DE LIBERAÇÃO Nº 011/13-CLC/TJ/PI.	200	25,30	5.060,00

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.060,00 (CINCO MIL E SESSENTA REAIS)
TERESINA(PI), 14 DE JUNHO DE 2013
WILSON NUNES BRANDÃO – SECRETÁRIO DE GOVERNO
LIDIANE PINHEIRO MENDES DE SOUSA - RESPONSÁVEL

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08
CONTRATADO: INOVE EDUCAÇÃO E EVENTOS LTDA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FONTE: 100
ELEMENTO DA DESPESA: 33903925
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 2120
DO OBJETO: DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	PREÇO TOTAL
Despesa a ser realizada para exposição dos veículos aberta ao público (10 anos do clube do carro antigo do Piauí).			
Item 05	03	750,00	2.250,00
Item 89	01	950,00	13.300,00
Item 01	50	30,00	1.500,00
Item 07	40	50,00	2.000,00

VALOR TOTAL DA DESPESA
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.050,00 (DEZENOVE MIL E CINQUENTA)
TERESINA(PI), 14 DE JUNHO DE 2013
WILSON NUNES BRANDÃO – SECRETÁRIO DE GOVERNO
INOVE EDUCAÇÃO SERVIÇOS E EVENTOS LTDA - RESPONSÁVEL

Of. 720



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 006/2013

A Comissão de Licitação da Secretaria da Justiça do Estado do Piauí torna público para conhecimento dos interessados a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item.

Processo Administrativo nº 0080/13

OBJETO: Aquisição de medicamentos de uso clínico e contínuo.

Data de Abertura das Propostas: 02/07/2013

HORARIO: 08:00

Maiores informações e aquisição do edital junto à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Justiça do Estado do Piauí, situada na Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Bloco "G", 2º andar, Teresina-PI e aquisição do edital mediante pagamento de taxa de R\$ 60,00 (sessenta reais).

Teresina, 20 de Junho de 2013

Lenoel Vieira de Sousa Abreu
Presidente da Comissão de Licitação

Of. 043



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

AVISO DE RESULTADO FINAL TOMADA DE PREÇO Nº 09/2013 - CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí – SEINFRA torna público e para conhecimento dos interessados, que após exame da proposta de preços apresentada pela empresa participante e habilitada no pleito relativo à Tomada de Preço nº 09/2013 - CPL, destinada à Execução de 6.262,00m² de pavimentação asfáltica, das Ruas José de Freitas (2.142,00m²), Rua Dom Avelar (3.640,00m²) e Rua da Grota (480,00m²), do Bairro Risoleta Neves, no Município de Teresina – PI, obedecido o critério de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado de classificação final da proposta: Empresa Classificada: **1º Rede Construções e Perfurações de Poços Ltda**
a) Valor Global: R\$ 203.719,62 (duzentos e três mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

Teresina (PI), 20 de junho de 2013.

Irene Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 464



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DDI/DIPLAN



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02429/2012- FUESPI.

ATO: Termo de Permissão de Uso de Espaço Físico nº 06/2013

PERMITENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

PERMISIONÁRIO: BRUNO RAFAEL DUTRA MARINHO.

OBJETO: Permissão de uso de espaço físico nas dependências da UESPI, Campus de União - PI, com dispensa de licitação, para a instalação de BOX DE XEROX, com fins exclusivamente de serviços de fotocopiadora e encadernações.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 30,00 mensal.

DATA DA ASSINATURA: 18/06/2013

SIGNATÁRIOS: CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, permitente e BRUNO RAFAEL DUTRA MARINHO, permissionário.

INFORMAÇÕES: PU/FUESPI.

Of. 402



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EXTRATO DO CONTRATO N.º088/2013

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa **EMCONSEL- EMPRESA DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 02.367.730/0001-50

OBJETO: Contratação de Serviços de retelhamento, impermeabilização da laje, descupinização e pintura da sala dos técnicos no CAP – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual no Município de Teresina/PI, em conformidade com o Processo Administrativo Nº. 0017593/2013, Convite nº 011/2013 (**Repetição**)

VALOR GLOBAL: R\$ 59.952,35 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Fonte: 00

N.º DE PARCELAS: 02 (duas)

DATA DA ASSINATURA: 24 de maio de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Sec. da Educação e Cultura
Giuliano de Sousa Soares - Representante da Empresa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2013.

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa **CONSTRUTORA J. COELHO LTDA**; CNPJ: **02.989.098/0001-87**

OBJETO: Reforma no Instituto de Educação Antonino Freire, no município de Teresina/PI (LOTE 01); realizando-os de acordo com os elementos técnicos constantes Processo Administrativo nº 0000113/2013, TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013.

RECURSOS: TESOURO

VALOR GLOBAL: **R\$ 145.815,04 (Cento e quarenta e cinco mil oitocentos e quinze reais e quatro centavos)**

VIGÊNCIA: 210 (duzentos e dez)

Nº DE PARCELAS: 03 (três)

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Secretário da Educação e Cultura

José Coelho Filho
Representante da Empresa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2013.

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa **INCORPORADORA E CONSTRUTORA ÁGIL LTDA**; CNPJ: **08.035.124/0001-14**

OBJETO: Reforma na U. E. Helena Carvalho, no município de Teresina/PI (LOTE 02);, realizando-os de acordo com os elementos técnicos constantes Processo Administrativo nº: 0000743/2013; TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013.

RECURSOS: FUNDEB

VALOR GLOBAL: R\$ 135.468,32(Cento e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 180(cento e oitenta)

Nº DE PARCELAS: 02(duas)

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Secretário da Educação e Cultura

Marco Antônio Sales Feitosa
Representante da Empresa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2013.

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da SEDUC/PI e a empresa CONSTRUTORA GARANTIA LTDA. CNPJ: 08.578.508/0001-83

OBJETO: Lote 01: Reforma e Ampliação na U. E. Catarina, no município de Santa Cruz do Piauí/PI, em conformidade com o Processo Administrativo Nº 0005577/2013, da TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2013

RECURSOS: 00

VALOR GLOBAL: R\$ 1.090.956,02 (Um milhão noventa mil novecentos e cinquenta e seis reais e dois centavos)

VIGÊNCIA: 240 (duzentos e quarenta) dias

Nº DE PARCELAS: 04 (quatro)

DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Secretário da Educação e Cultura
CLEMENTINO MARTINS NETO- Representante da Empresa

EXTRATO Nº 01/2013 AO CONTRATO Nº 096/ 2013

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa FORTI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 11.453.418/0001-70

OBJETO: Serviços de Engenharia em Diversas Unidades Escolares nos municípios de Barras, Luzilândia, Francisco Santos, Marcos Parente, Uruçuí, Bom Jesus, Pio IX, Joaquim Pires, Pedro II, e Amarante realizando-os de acordo com os elementos técnicos constantes no Processo Administrativo Nº 0010037/2013; e no Convite Nº 012/2013.

VALOR GLOBAL: R\$ 138.987,67 (cento e trinta e oito mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

FONTE DE RECURSO: 15

Nº DE PARCELAS: 02 parcelas

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2013.

VIGÊNCIA: 180 DIAS

SIGNATÁRIOS: Áttila Freitas Lira – Secretário de Educação e Cultura
Pedro Alcântara Dias Braga
Representante da Empresa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2013

ESPÉCIE: Contrato nº 099/2013 celebrado entre SEDUC/PI e a empresa CONSTRUTORA MAFRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 06.725.691/0001-77

OBJETO: Serviços de Reforma na U. E. Conselheiro Saraiva no município de Batalha. /PI em conformidade com o processo administrativo nº.0064992/2012, da CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2013.

CONVÊNIO: Termo de Compromisso PAR Nº 8187/2013

VALOR GLOBAL: R\$ 279.855,58 (Duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

Nº DE PARCELAS: 04(quatro) parcelas

VIGÊNCIA: 240 dias

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Secretário de Educação e Cultura.

Máximo José de Sampaio Medeiros
Representante da Empresa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2013

ESPÉCIE: Contrato nº 103/2013 celebrado entre SEDUC/PI e a empresa CONSTRUTORA CAXÉ LTDA. CNPJ nº 06.226.439/0001-13

OBJETO: Serviços de Reforma na U. E. Cecília Lacerda no município de Miguel Alves/PI, em conformidade com o processo administrativo nº.0003523/2013, da CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2013.

CONVÊNIO: Termo de Compromisso PAR Nº 8187/2013

VALOR GLOBAL: R\$ 344.223,51 (Trezentos e quarenta e quatro mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos)

Nº DE PARCELAS: 08 (oito) parcelas

VIGÊNCIA: 360 dias

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA – Secretário de Educação e Cultura.

Gustavo Macedo Costa
Representante da Empresa

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 170/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa RANIERE MAZZILLE RAMOS DE MENESES LTDA (CONSTRUTORA MAZZILLE)

OBJETO: O presente Termo Aditivo (Processo nº 0012371/2013) tem por finalidade a prorrogação da vigência do Contrato em epígrafe, ora constante na Cláusula Décima Segunda, por mais 120 (cento e vinte) dias, aos quais se somam 82 (oitenta e dois) dias decorrentes da restituição de prazo transcorrido entre as datas do término da vigência contratual (20/03/2013) e do Parecer Técnico da UGERF (10/06/2013), totalizando, pois, 202 (duzentos e dois) dias de prorrogação contados do termo final da vigência contratual (20/03/2013) e a teor da Concorrência Nacional nº 006/2012.

DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. RANIERI MAZZILLE RAMOS DE MENESES – Representante da Empresa.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 172/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa CAXÉ SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: O presente aditivo visa à prorrogação de vigência do Contrato em epígrafe, constante na Cláusula Décima Segunda, por mais 90 (noventa) dias, contados do termo final da vigência contratual (20/03/2013), em consonância com o Parecer Técnico UGERF no Processo Administrativo nº 0008455/2013 e a teor da CONCORRÊNCIA NACIONAL nº 006/2012.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. GUSTAVO MACEDO COSTA – Representante da Empresa.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 183/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa RANIERE MAZZILLE RAMOS DE MENESES LTDA (CONSTRUTORA MAZZILLE)

OBJETO: O presente Termo Aditivo (Processo nº 0013764/2013) visa à prorrogação de prazo de vigência do Contrato em epígrafe, ora constante na Cláusula Nona, por mais 60 (sessenta) dias, aos quais se somam 58 (cinquenta e oito) dias decorrentes da restituição de prazo transcorrido entre as datas do término da vigência contratual (01/04/2013) e do Parecer Técnico da UGERF (29/05/2013), totalizando, pois, 118 (cento e dezoito) dias de prorrogação contados do termo final da vigência contratual (01/04/2013) e a teor da Tomada de Preços nº 020/2012.

DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e

Cultura do Estado do Piauí. RANIERI MAZZILLE RAMOS DE MENESES – Representante da Empresa.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 212/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa J. MENESES CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo (Processo nº 0002014/2013) visa à prorrogação de vigência do Contrato em epígrafe, constante na Cláusula Décima Segunda, por mais 90 (noventa) dias, contados do termo final da vigência contratual (03/06/2013), em consonância com o Parecer Técnico UGERF e a teor da Concorrência Nacional nº 008/2012.

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. JOÃO JOSÉ MENESES SILVA – Representante da Empresa.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 213/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa J. MENESES CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo (Processo nº 0002008/2013) visa à prorrogação de vigência do Contrato em epígrafe, constante na Cláusula Décima Segunda, por mais 90 (noventa) dias, contados do termo final da vigência contratual (03/06/2013), em consonância com o Parecer Técnico UGERF e a teor da Concorrência Nacional nº 008/2012.

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. JOÃO JOSÉ MENESES SILVA – Representante da Empresa.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2013
AO CONTRATO Nº 221/2012**

ESPÉCIE: Contrato celebrado entre SEDUC/PI e a empresa J. MENESES CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo (Processo nº 0002007/2013) visa à prorrogação de vigência do Contrato em epígrafe, constante na Cláusula Décima Segunda, por mais 90 (noventa) dias, contados do termo final da vigência contratual (04/06/2013), em consonância com o Parecer Técnico UGERF e a teor da Concorrência Nacional nº 008/2012.

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: ÁTILA FREITAS LIRA - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. JOÃO JOSÉ MENESES SILVA – Representante da Empresa.

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA – SEDUC/PI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 020/2013.

CONCEDENTE: Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC, CNPJ 06.554.729/0005-10.

CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, CNPJ nº 06.553.564/001-38.

PROCESSOS Nº. 0050164/2012.

OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem como objetivo garantir o atendimento pedagógico e psicopedagógico a crianças e adolescentes impedidos de frequentarem a escola regularmente em virtude de hospitalização, decorrente de patologias, através da execução do projeto “ESCOLA HOSPITALAR: uma proposta de educação interdisciplinar de acompanhamento pedagógico e psicopedagógico para crianças hospitalizadas”, que visa a construção/adaptação/estruturação de uma sala de aula pela **SESAPI**, no Hospital Infantil Lucídio Portela, envolvendo a cessão mútua de pessoal, sendo os profissionais da área da saúde, assistência social, psicologia e administrativa, cedidos pelo referido hospital, e os profissionais da área da educação, cedidos pela **SEDOC/PI**.

VIGÊNCIA: da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: Átila Freitas Lira – Secretário da SEDUC/PI; Ernani de Paiva Maia Secretário da SESAPI.

Of. 207



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições, e considerando o dispositivo nas Cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do contrato abaixo relacionado, torna público que celebrou o 5º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Construções de Obras e Serviços de Engenharia, do seguinte Contrato:

Contrato: 025/2010

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Empresa Oásis Construções e Consultoria Ltda.

Vigência: 04/12/2013.

Of. 1063

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições, e considerando o dispositivo nas Cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do contrato abaixo relacionado, torna público que celebrou o 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Compra de Pneus, do seguinte Contrato:

Contrato: 024A/2012

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Empresa Lojão dos Pneus Ltda.

Vigência: 21/04/2014

Of. 1062



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – DLCA

ERRATA

Fica retificado o extrato publicação nº XX/2013 - DLCA/SEAD/PI referente ao Pregão Presencial de nº 13/2012 (Processo nº AA. 002.00.09939/11-75), que tem como objeto registro de preços para futura aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, anteriormente publicado no DOE de nº 110, de 13 de junho de 2013, páginas 10 a 27, na forma que segue:

ONDE SE LÊ:

Data Adjudicação: 03/06/2013

Homologação: 06/06/2013

LEIA-SE

Data Adjudicação: 11/06/2013

Homologação: 11/06/2013

ONDE SE LÊ:

42	OBJETO: Café torrado e moído, embalado a vácuo c/ selo de pureza embalagem com 250g, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Rotulagem de acordo com a legislação vigente			
	GERSON S. ROCHA-ME	PURO	101.573	2,48

LEIA-SE:

42	OBJETO: Café torrado e moído, embalado a vácuo c/ selo de pureza embalagem com 250g, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Rotulagem de acordo com a legislação vigente			
	GERSON S. ROCHA-ME	PURO	129.717	2,48

ONDE SE LÊ:

45	OBJETO: Canjiquinha de Milho com Coco: Açúcar, flocos de milho pré-cozidos enriquecidos com ferro e ácido fólico, soro de leite em pó, amido de milho, maltodextrina, gordura de palma, proteína isolada de soja, sal, coco ralado, aromatizantes e corantes artificiais (tartrazina - INS 102 e amarelo crepúsculo - INS 110). Não contém glúten. Produto isento de Gordura Trans. Pacote de 01 kg, Caixa de 12 kg. Arroz com Feijão e Charque:			
	ADEMIR MENESES	H. FÁCIL	44.500	7,88

LEIA-SE:

Diário Oficial

10



Teresina(PI) - Sexta-feira, 21 de junho de 2013 • Nº 116

45	OBJETO: Canjiquinha de Milho com Coco: Açúcar, flocos de milho pré-cozidos enriquecidos com ferro e ácido fólico, soro de leite em pó, amido de milho, maltodextrina, gordura de palma, proteína isolada de soja, sal, coco ralado, aromatizantes e corantes artificiais (tartrazina - INS 102 e amarelo crepúsculo - INS 110). Não contém glúten. Produto isento de Gordura Trans. Pacote de 01 kg, Caixa de 12 kg. Arroz com Feijão e Charque:			
	ADEMIR MENESES	H. FÁCIL	37.872	7,88

ONDE SE LÊ:

99	OBJETO: Leite em pó infantil, para crianças de até 06 (seis) meses de vida, lata com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade do produto. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	NESTLÉ	27.120	16,49

LEIA-SE:

99	OBJETO: Leite em pó infantil, para crianças de até 06 (seis) meses de vida, lata com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade do produto. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	NESTLÉ	27.120	16,50

ONDE SE LÊ:

100	OBJETO: Leite em pó infantil para crianças entre 06 (seis) e 12 (doze) meses de vida, lata com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade do produto. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	NESTLÉ	21.920	13,89

LEIA-SE:

100	OBJETO: Leite em pó infantil para crianças entre 06 (seis) e 12 (doze) meses de vida, lata com 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com prazo de validade do produto. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	NESTLÉ	21.920	13,90

ONDE SE LÊ:

101	OBJETO: Leite em pó Integral, Pacote de 200g, fardos com 10 kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	NESTLÉ	561.040	12,30

LEIA-SE:

101	OBJETO: Leite em pó Integral, Pacote de 200g, fardos com 10 kg, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	ADEMIR R. MENESES	SOBERANO	561.040	12,30

ONDE SE LÊ:

159	Suco de acerola 200 ml			
	ADEMIR R. MENESES	JANDAIA	3.200	1,18

LEIA-SE:

159	Suco de acerola 200 ml			
	ADEMIR R. MENESES	JANDAIA	33.200	1,18

ONDE SE LÊ:

180	OBJETO: Suco concentrado de cacau; Concentrado de Frutas, Sabores Variados, bombona plástica de 05 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, industrializado no máximo 15 dias antes da data de entrega, estando o mesmo em resfriamento. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	S.D.F. TRAVASSOS-ME - FRUTAL	FRUTAPI	1.000	4,15

LEIA-SE:

180	OBJETO: Suco concentrado de cacau; Concentrado de Frutas, Sabores Variados, bombona plástica de 05 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, industrializado no máximo 15 dias antes da data de entrega, estando o mesmo em resfriamento. Rotulagem de acordo com a legislação vigente.			
	S.D.F. TRAVASSOS-ME - FRUTAL	FRUTAPI	1.000	14,15



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 160/13

PROCESSO: AA.900.1.007403/13-06. **ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 218/12 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ e a Empresa ENGIPEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. **OBJETO:** Perfuração de poço tubular na localidade “São José”, no Município de Vila Nova (PI), onde fica prorrogado o prazo da vigência contratual por mais 90 dias, a contar de 01.06.13. **VIGÊNCIA:** 30.09.2013. **DATA DE ASSINATURA:** 29.05.2013. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVA MAIA – Secretário de Estado da Saúde do Piauí; ALCIDES EDUARDO VERAS FREITAS - pela da Contratada. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 170.139 – SESAPI / 100-Tesouro Estadual/ PROSAR/KfW.

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 173/13

PROCESSO: AA.900.1.006442/13-18. **ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 201/12 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ e a Empresa R. MELO CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** Execução de Obra de Reforma e Ampliação do Hospital Leônidas Melo, no município de Barras-PI, onde fica acrescido o valor ao valor original R\$ 223.717,78, ficando o contrato com a empresa no valor total de R\$ 844.290,20. **DATA DE ASSINATURA:** 18.06.2013. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVA MAIA – Secretário de Estado da Saúde do Piauí; RODRIGO CAMPELO LIMA DE MELO – Sócio Administrador da Contratada.

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 174/13

PROCESSO: AA.900.1.013910/13-85. **ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 143/11 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ e a Empresa A. FERREIRA DA SILVA RESTAURANTE SABOR BRASILEIRO. **OBJETO:** Serviço de fornecimento de refeição tipo quentinha, com sobremesa, onde fica prorrogado o prazo da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 01.08.13. **VIGÊNCIA:** 01.08.2014. **DATA DE ASSINATURA:** 18.05.2013. **SIGNATÁRIOS:** ERNANI DE PAIVA MAIA – Secretário de Estado da Saúde do Piauí; JOÃO FRANCISCO DA SILVA SOUSA - pela da Contratada. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 170.101 – FUNSAÚDE / 100-Tesouro Estadual.

Of. 1459



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DA JUVENTUDE DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO COORDENADOR DA JUVENTUDE

EXTRATO DE CONTRATO

AO CONTRATO Nº 006/2013. **OBJETO:** auditório com capacidade para até 200 pessoas com cadeiras acolchoadas, mesas, equipamentos eletrônicos, iluminação com coffe break, para a realização da Conferência Municipal de Juventude no município de Cajueiro da Praia-PI no dia 20 de junho de 2013; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** liberação 0215/2013-DLCA/SEAD/PI; **VIGÊNCIA:** 02(dois) meses. **PLANO INTERNO:** 1143; **FONTE DOS RECURSOS:** 12; **NATUREZA DA DESPESA:** 33.90.39; **CONTRATANTE:** Coordenadoria Da Juventude Do Estado Do Piauí; **CONTRATADA:** Inove Eventos.

Of. 254



ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A



AVISO DE ADIAMENTO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/13 - CPL

A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA, por sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada por Portaria de nº 077/2013, com base na Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações, torna público aos interessados que por motivos superiores fica **ADIADO O ETP Nº 08/13 – CPL, para o dia 08/07/2013** com fundamentação legal no art. 21 § 3º da lei 8.666/93. Outras informações poderão ser obtidas pelos interessados através do telefone: 3222-0043 ou no seguinte endereço: **A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A Av. Mal. Castelo Branco, 101, bairro Cabral, 5º Andar Bloco “C”.**

Teresina, 20 de Junho de 2013

FIRMINO OSORIO PITOMBEIRA
Presidente da CPL

ANTÔNIO LUIZ MEDEIROS DE ALMEIDA FILHO
Diretor Presidente

AVISO DE ANULAÇÃO SRP – 006/13 – CPL/AGESPISA

A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA, por sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria de nº 258/2013 - DIPRE, com base na Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações, torna público aos interessados que encontra-se **ANULADO OS ITENS XIV, XXIII e XXIV referentes ao SRP Nº 006/13 – CPL, conforme o Art. 49 da Lei Nº 8.666/93.** Outras informações poderão ser obtidas pelos interessados através do telefone: 3222-0043 ou no seguinte endereço: **ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A Av. Mal. Castelo Branco, 101, bairro Cabral, 5º Andar Bloco “C”.**

Teresina, 20 de Junho de 2013.

MARTINHO JOSÉ DA SILVA SANTOS
PREGOEIRO

ANTONIO LUIZ MEDEIROS DE ALMEIDA FILHO
Diretor Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2013-CPL PROCESSO ADMINISTRATIVO: 646/2013

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da travessia da Rede de água na Galeria de água pluviais do Conjunto Mocambinho com o Santa Sofia em Teresina-PI.

Fundamento Legal: Art.24, Inciso V da Lei nº 8.666/93 e, suas alterações. **Justificativa:** Parecer Jurídico nº 15/2013 de 13(treze) de junho de 2013

Ratificação: 17(dezessete) de junho de 2013

Valor a Contratar: R\$ 26.422,72 (vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos)

Empresa Contratada: R. SOUSA CONSTRUÇÕES LTDA (09.150.411/0001-38)

Prazo de Execução: 60(sessenta) dias

ENDEREÇO: Rua Félix Pacheco, 769, sala 104, Centro, Teresina-PI, CEP: 64.001-106. r.sousaconstrucoes@bol.com.br.

Teresina, 21 de junho de 2013

Econ. Firmino Osório Pitombeira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL

Antonio Luiz Medeiros de Almeida Filho
Diretor-Presidente

Of. 683

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A



AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2013

Processo Administrativo AA.120.1.003482/13-26

O Diretor Presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí – EMGERPI torna pública a Ratificação e Homologação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2013**. Processo administrativo AA.120.1.003482/13-26, cujo fundamento legal é o artigo 24, incisos I e IV, da Lei 8.666/93 e suas alterações. Favorecido: CONSTRUPLAN – CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA Objeto: construção da casa de força localizada no prédio da EMGERPI onde estão situadas a DACO/IDEPI, no município de Teresina/PI. Vigência: 30 (trinta) dias. Cobertura Orçamentária: Unidade Orçamentária: 21205.04122902.149, Elemento de Despesa: 339039, Fonte de Recurso: 00. Valor: R\$2.774,30 (dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos). Autorizado e ratificado em 18/06/2013.

Teresina, 18 de junho de 2013.

Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente da EMGERPI

Of. 737

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 004/2010

CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 004/2010

CONCEDENTE: RIMO – REDE INTEGRADA DE HOTÉIS E POUSADAS DO PIAUÍ S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
CONCESSIONÁRIO: P2 SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA
DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo constante na Cláusula Oitava, Parágrafo I, alínea 'b', do Contrato de Concessão n.º. 004/2010, para a conclusão das obras de reforma do empreendimento hoteleiro, por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme o disposto no art. 57, §1º, inc. V, da Lei n.º 8.666/1993.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 8.666/93
DATA: 17 de junho de 2013.

ASSINATURAS: Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva (Liquidante), pela RIMO, e Juscelino Araújo Souza, pela Empresa P2 SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.

Of. 740



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL



EXTRATO DE CONTRATO N.º 021/2013-ADH/PI

CONTRATO N.º: 021/2013-ADH/PI

BASE LEGAL: Dispensa de licitação – art. 24, II, da Lei n.º 8.666/1993. Proc. Administrativo n.º AA.118.1.000618/13-49 - ADH/PI
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de 01 (uma) bomba elétrica, conforme especificações nos termos da Proposta de Preço da Empresa contratada, constante nos autos do Processo Administrativo n.º AA.118.1.000618/13-49 - ADH/PI.

PARTES:

AAGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH-PI, com sede e foro na cidade de Teresina, situada na Av. José dos Santos e Silva, 1155, Centro, inscrita no CNPJ (MF) n.º 08.787.769/0001-03 neste ato representada por seu Diretor Geral, Gilberto Gomes de Medeiros.

Contratado: empresa **IRRITEC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, estabelecida na Avenida das

Nações Unidas, n.º 802-A, bairro Vermelha, CEP 64019-230, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 23.505.746/52, neste ato representada por seu **Sócio Antônio Clemente Fontenele**.

VALOR DO CONTRATO: O valor deste Contrato é de **R\$ 900,00 (novecentos reais)**, que representa o montante da proposta da CONTRATADA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para fazer face ao presente contrato correrão por conta da seguinte verba: Fonte: 0100771001, Natureza da Despesa: 449052, Elemento da Despesa: 33 e Projeto/Atividade: 2270.

DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2013.

Teresina (PI), 18 de junho de 2013.

Gilberto Gomes de Medeiros.
Diretor Geral da ADH/PI

Of. 472



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Proc. N.º 00004.001823/2011-83 - Termo Aditivo n.º 001/2013 ao Convênio n.º 758141/2011.

Conveniente: **Defensoria Pública do Estado do Piauí.**

Concedente: **Secretaria de Direitos Humanos**

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência.

Vigência: até 02 de junho de 2014.

Data de Assinatura: 21 de maio de 2013.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Proc. N.º 00036.000773/2012-21 – Prorrogação de ofício do Convênio n.º 050/2012 – SPM/PR

Conveniente: **Defensoria Pública do Estado do Piauí.**

Concedente: **Secretaria de Políticas Para as Mulheres**

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência.

Vigência: até 17 de junho de 2014.

Data de Assinatura: 05 de abril de 2013.

Of. 340

COORDENADORIA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Ato Administrativo:

Contrato n.º 042/2013/CLC/DPE

Referência: Processo Adm. N.º 01795/2013 CLC-DPE

Contratante: Defensoria Pública do Estado do Piauí

Contratado: **Tridoor Painéis.**

Objeto: Prestação de serviços de confecção de Banners e Quadros de Metalon e Lona com Impressão Digital.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93

Valor Total: **R\$ 7.975,00** (sete mil, e novecentos e setenta e cinco reais)

Data de Assinatura: 14 de junho de 2013.

Vigência: 30 (trinta dias) a contar da data de sua assinatura, ou até a entrega definitiva dos materiais.

Signatários: Norma Brandão de Lavenére Machado Dantas – Defensora Pública Geral do Estado e a Empresa Tridoor Painéis. - Contratada

Maiores informações: Defensoria Pública do Estado do Piauí

Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 3233-7407/8845-2422

Of. 099



COORDENADORIA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA

CARTA CONVITE 004/2013 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ PROCESSO ADMINISTRATIVO 01719/2013 CLC/DPE

OBJETO: Este Convite tem por objeto contratação de empresa para aquisição de persianas, com as seguintes quantidades de 5,98 m² de persianas tipo Romana cor eclipse capuccino, 25,38 m² de painel Romano, 55,38 m² de rolo teto solar e 23,82 m² de bandô para o Gabinete Geral e Sala de Triagem para esta Defensoria Pública do Estado conforme descrito no Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

REABERTURA: 26 de junho de 2013.

HORÁRIO: 10h00min (horário Local).

LOCAL: Coordenadoria das Licitações e Contratos da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, situada à Rua Nogueira Tapety, n. 138, Bairro dos Noivos, Teresina-PI.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

EDITAL: Encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima, no horário de 7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira e poderá ser retirado por meio de pen drive ou mídia óptica (CD).

CONTATO: 8845-2422. cpldpe@defensoria.pi.gov.br

José Alberto de Sousa
Presidente da CPL/DPE

Norma Brandão de Lavenere Machado Dantas
Defensora Pública-Geral

Of. 098



GOVERNO DO PIAUÍ
Departamento de Estradas
de Rodagem do Piauí - DER/PI



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO PJU/29/2012.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0467/2012/2º Volume.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas do Piauí, torna público, nos termos da Lei Nº 8.666/93, que celebrou com a empresa Agrimaza Industrial e Mineração Ltda, na data de 11 de abril 2013, o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato PJU 29/2012, para prorrogação do prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias e as alterações nos quantitativos da planilha orçamentária pertencente aos Serviços de Restauração e Reabilitação da Rodovia PI-117/214, com Pavimentação em CBUQ na pista de rolamento e Pavimentação em TSS diluído nos acostamentos do trecho Batalha/ Esperantina / Morro do Chapéu/ Luzilândia, subtrecho Batalha/ Esperantina, com extensão de 22,040 Km e Recapeamento Asfáltico em CBUQ da Avenida Getúlio Vargas, na travessia urbana da cidade de Batalha, com 1,150Km de extensão, no valor de R\$ 180.639,83 (cento e oitenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos).

Teresina, 18 de junho de 2013

Engº Severo Maria Eulálio Filho
Diretor Geral do DER/PI
Of. 069



PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2013



ORD	PROCESO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	OBJETO / OBJETIVO	CONTRATADO	VIGENCIA	VALOR
01	784/13	15/2013	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	Aquisição de Porta Documentos	Papelaria e Gráfica e Editora Unidas Ltda	06 (seis) meses	3.015,00
02	559/13	16/2013	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	Aquisição de Cartuchos em carbono e Mangueira para purificador de Água	Jessica Veras Mariano - ME	06 (seis) meses	648,00
03	606/09	Termo Aditivo 01/13 ao Contrato nº 05/2010	Pregão Presencial nº 006/2009/HEMOPI	Aquisição de Microcuvetas	Fresenius Hemocare Brasil Ltda	04 (quatro) meses	525.000,00

ANTÔNIO LAGES ALVES

Diretor Geral do HEMOPI

Of. 225



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
DO ESTADO DO PIAUÍ - VINCULADO À SDR

ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A EMATER – PIAUÍ E DE OUTRO A RACE QUIP COMERCIAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado a EMATER/PI, instituição sob a forma de Órgão Público, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com sede em Teresina e, de outro lado, a RACE QUIP COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 07.560.896/0001-02, tendo firmado contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos do EMATER/PI em 24/06/2012, ajustam de comum acordo firmar o presente aditivo, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 Fica o contrato anteriormente firmado, prorrogado por mais 12 (doze) meses conforme previsão da Lei Federal 8.666/93. Art. 57 Inciso II e Cláusula Terceira do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 As demais Cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E assim por estarem de comum acordo firmam o presente aditivo na presença de duas

Testemunhas, para que surtam os seus jurídicos e efeitos legais.

Teresina, 20 de junho de 2013.

Romualdo Militão dos Santos
Diretor Geral do EMATER/PI

RACE QUIP COMERCIAL LTDA

TESTEMUNHAS

CPF:

CPF:

Of. 288



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ESPÉCIE: Contrato de Cessão de Uso que entre si celebram o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER-PI e a Cooperativa de Cajuecultores do Estado do Piauí.

OBJETO: O presente contrato de cessão de uso tem por objeto a transferência da posse direta ao Cessionário;
- Duas salas no prédio de propriedade do EMATER, localizado na rua Coronel Mundico Dantas S/N centro, CEP 64.300-00, Valença do Piauí-PI.
- Salas cedidas destinam-se a instalação da sede da cessionária.

VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos

DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: Romualdo Militão dos Santos, Diretor Geral do EMATER-PI e a Sra. Maria Lourdes Silva Cortez, Presidenta da Cooperativa de Cajuecultores do Estado do Piauí.

Of. 290

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí- EMATER e a Empresa Thais Maria Cavalcante.

OBJETO: serviços de pintura e recuperação de reboco no prédio da sede do EMATER-PI

VIGÊNCIA: 30 dias (trinta dias)

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: Romualdo Militão dos Santos, Diretor Geral do EMATER-PI e a Sra. Thais Maria Cavalcante com Titular.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí- EMATER e a Empresa Thais Maria Cavalcante.

OBJETO: serviços de recuperação do teto do prédio onde funciona a gráfica do EMATER com fornecimento de madeira e telha e ainda tendo em vista os danos causados com a estação chuvosa e considerando a urgência da intervenção para evitar maiores danos.

VIGÊNCIA: 30 dias (trinta dias)

VALOR: R\$ 14.980,00 (quatorze mil novecentos e oitenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: Romualdo Militão dos Santos, Diretor Geral do EMATER-PI e a Sra. Thais Maria Cavalcante com Titular.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí- EMATER e a Empresa Protex Ambiental

OBJETO: serviços de recuperação dos banheiros, forro danificados em todo prédio, troca de vasos sanitários, pias, porta dos banheiros feminino e masculino no prédio do EMATER-PI.

VIGÊNCIA: 30 dias (trinta dias)

VALOR: R\$ 14.980,00 (quatorze mil novecentos e oitenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2013.

SIGNATÁRIOS: Romualdo Militão dos Santos, Diretor Geral do EMATER-PI e a Sr. Fabio de Jesus Reis, Titular.

Of. 291



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS

DISTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Por este instrumento particular, a SECRETARIA DE GOVERNO, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, localizado na rua Av. Antonino Freire, 1450, Centro, CEP 64.001-040, Teresina-PI, por seu representante legal, WILSON NUNES BRANDÃO, a seguir denominado CONTRATANTE e OSVALDO DOS SANTOS BRAGA, RG nº 2576870 SSP – PI, CPF nº 553.211.433-15, residente na rua José Almeida Neto S/N Quadra 29 Casa 02, Setor ‘‘C’’, Mocaminho III, a seguir denominado CONTRATADO, com fundamento no artigo 5º, VI da Lei 5.309/2003:

1- A CONTRATANTE E O CONTRATADO, em 17 de Abril de 2013 firmaram Contrato Nº 038/2013 de Prestação de Serviço Profissionais, pelo qual a primeira confiou à segunda serviços de MOTORISTA como previsto na cláusula segunda.

2- Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos no item anterior, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar mensalmente a CONTRATADA à quantia de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).

3- A CONTRATANTE, por razões internas e próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato, restando acertado que, como os serviços e atividades já iniciadas, e normalmente pagas a CONTRATANTE não deverá nenhuma quantia ao CONTRATADO, em razão do término do contrato.

4- O CONTRATADO outorga à CONTRATADA plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

5- O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes seus herdeiros e sucessores.

6- As partes elegem o Foro da Comarca em Teresina para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora ocorrido.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Teresina, 21 de junho de 2013.

CONTRATANTE – WILSON NUNES BRANDÃO (SECRETÁRIO DE GOVERNO/SEGOV)

CONTRATADO - OSVALDO DOS SANTOS BRAGA

1- Testemunha:

CPF:

2- Testemunha:

3- _____

CPF:

Of. 375

OUTROS

ESTABELECIMENTOS JAMES FREDERICK CLARK S.A. CNPJ Nº 06.702.583/0001-89

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que, cumulativamente, serão realizadas no dia 01 de julho de 2013 às 9:00 (nove) horas, na sede social da sociedade, na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 235, Centro, Parnaíba, PI, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Na Assembleia Geral Ordinária:** 1 - Tomar as contas dos Administradores, examinar e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012; **Na Assembleia Geral Extraordinária:** 1 - Proposta de Aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.820.400,00 (hum milhão oitocentos e vinte mil e quatrocentos reais), obedecendo a participação dos sócios no capital social, podendo ser capitalizado os valores adiantados pelos acionistas para a Companhia até a data da Assembleia; e 2 - Assuntos gerais. **INGRID VON SOHSTEN MEYER DE MENDONÇA CLARK - PRESIDENTE.**

P. P. 15558
3 - 2



GOVERNO DO PIAUÍ
Departamento de Estradas
de Rodagem do Piauí - DER/PI



AVISO

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí- DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/001-99, torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí a Licença de Instalação referente à Construção civil – Ponte wall Ferraz 2 com 03 pistas.

Teresina, 19 de junho de 2013

AVISO

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí- DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/001-99, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí as Licenças Prévia e Instalação do Serviço de Melhoramento da Implantação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo - TSD com Banho Diluído, nas Rodovias PI-379, trecho: Itainópolis / Entr. BR-407 (Patos do Piauí), com 25,040Km de extensão. PI-111, trecho: Entr. PI-110 (Barras) / Piripiri, com 54,850Km de extensão.

Teresina, 19 de junho de 2013

AVISO

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí- DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/001-99, torna público que recebeu junto a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí a Prorrogação de Licença de Instalação referente à Construção civil/obras de implantação com serviços de terraplanagem com compactação, trecho: Entr.PI-247/PI-324 e Entr.PI-254(Transcerrado).

Teresina, 19 de junho de 2013

AVISO

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí- DER/PI, localizado na Avenida Frei Serafim, 2492, Centro, nesta Capital, CNPJ: 06.535.751/001-99, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí a Dispensa da Licença Ambiental do Serviço de Pavimentação Asfáltica em CBUQ da Avenida Severo Eulálio da cidade de Beneditinos-PI, com área de 9.120,00m².

Teresina, 19 de junho de 2013

Of. 198



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO - GAB

EXTRATO DA DECISÃO PROLATADA PELO GABINETE DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUÍ

Processo Administrativo Sindicância Investigativa SESAPI nº AA. 900.1.002488/12-13 e AA. 900.1.022547/12-46. ANTE O EXPOSTO, adotando como motivação desta decisão o Relatório da Comissão Sindicante e o seu aditamento, (fls. 95 a 101; 110/111), que a integra; bem como o Despacho PGE/PFCAA de fl. 122, hei por bem determinar a adoção das seguintes providências: a) que seja extinto o contrato e punida a contratada com multa de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, pela inexecução parcial do objeto adjudicado, de acordo com a cláusula oitava § 2º do instrumento contratual, além de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos; b) a abertura de novo processo licitatório, tendo em vista que ainda falta ser concluído 30% (trinta por cento) da obra; c) que seja a contratada cientificada desta decisão.

Teresina – PI, 12 de junho de 2013.

ERNANIDE PAIVAMAIA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1457

RESULTADO FINAL PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO CARGO: FISCAL DE OBRA

A Comissão Especial de Procedimento Seletivo Simplificado comunica o Resultado Final do Procedimento Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de profissional especializado, para o cargo de fiscal de obra, com vistas ao atendimento de necessidades de interesse público do Estado, para compor a equipe da Diretoria de Programas Especiais de Saúde – DIPES – do Programa de Saúde e Saneamento Básico para área rural do Estado do Piauí (PROSAR/PI), qual seja, para as 02 (duas) vagas para a Gerência Operacional de Picos(PI) foram aprovados os Srs. JOSÉ OSIRES FÉLIX DA SILVA e FRANCISCA KÉRCIA DA ROCHA.

Os candidatos aprovados devem comparecer à sede da DIPES, localizada na Rua 24 de Janeiro, nº 124, bairro Centro, 3º andar, Sala 301, em Teresina(PI), para realização dos procedimentos de contratação imediata.

Teresina(PI), 17 de junho de 2013.

Marcos Aurélio Oliveira Tourinho
Presidente da Comissão Especial de Procedimento Seletivo Simplificado

Of. 1453

JORGE BATISTAE CIA LTDA, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, a Licença Prévia para um posto de abastecimento interno. Foi determinado o estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Floriano, 17 de Junho de 2013.

P. P. 15560

EDITAL DE LICENCIAMENTO

ASLC EMPREENDIMENTOS E AGRICULTURA LTDA torna público que requereu da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, o pedido de Licença de instalação do Projeto agrícola da **FAZENDA BRILHANTE E OUTRAS**, localizadas no município de Corrente – PI.

P. P. 15565



EXTRATO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO "PROFESSOR HILSON ANTONIO BONA" CNPJ Nº 07.225.897/0001-09. DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO "PROFESSOR HILSON ANTONIO BONA", fundada no dia 08 do julho de 2004, na cidade Teresina, Estado do Piauí, PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO: O patrimônio da entidade é constituído I - pelos bens que constituem o patrimônio da instituição; II - pelos bens, auxílios, rendas, doações e subvenções de entidades públicas e privadas, pela prestação de serviços, e pelas doações e contribuições particulares; III - os bens, rendas e direitos da Fundação, somente poderão ser utilizados e aplicados no país e na realização de seus objetivos, podendo para esse fim, ser alienados; IV - as alienações e as aplicações de capital, de bens e direitos dependerão de prévia aprovação do Conselho Curador; V - na hipótese de se extinguir a Fundação, seus bens e direitos reverterão, em benefício de entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, com sede e atividades no Estado do Piauí., DURACAO: a entidade por tempo indeterminado FINS: Constituem finalidades da Fundação I - Minimizar os problemas de insatisfação social, resgatando os valores essenciais à vida em sociedade através de atividades de básicas de saúde, educação, vida em comunidade, conhecimento e valorização cultural da comunidade; II - Resgatar a auto-estima, através de situações que proporcionem o saber, o saber ser e saber fazer, agindo no contexto organizado, decidindo, redescobrimdo, fazendo escolha, criando, recriando, opinando; III - Contribuir para que as crianças e adolescentes menos favorecidas, pessoas da terceira idade infirmem-se, produzam, para melhorar a qualidade de sua própria vida; IV - Substituir a ociosidade pela produtividade, por atividade dinâmica, de ordem física e intelectual; V - Fortalecer as ações sociais em parceria com as famílias e outras comunidades da sociedade civil; VI - Proporcionar aprendizados que possibilitem técnicas de recursos humanos, necessários às ações para o crescimento pessoal e profissional de pessoas da terceira idade, crianças e adolescentes menos favorecidos economicamente; VII - Apoiar a atividade ou ações de organizações e movimento sócio-culturais das comunidades selecionadas; VIII - Valorizar, registrar e divulgar a produção de conhecimentos, através de atividades culturais da população alvo; IX - Capacitar ou aprimorar a qualificação técnica de recursos humanos, no que for necessário às ações da Fundação; X - Propiciar a participação da comunidade na vida do Centro de Ensino Unificado de Teresina em Faculdade pela ação, no contexto organizado da realidade; XI - Estimular a participação dos alunos dos diversos curso da IES, bem como prestadores de serviços, pesquisadores, incluindo em seus trabalhos didáticos as atividades da Fundação; XII - Oportunizar a participação no aprendizado de novas tecnologias, tais como: informática, fotografia, rádio, produção gráfico-editorial, televisão, etc.; XIII - Registrar a auto-estima pelo aprendizado sistemático do ler, do escrever, da ação social e cultural. SEDE: a Fundação tem como sede a cidade de Teresina Estado do Piauí, nas Instalações da Faculdade de Ciências Humanas e Jurídica de Teresina, situada na Avenida dos Expedicionários, 790, Sala A, Bairro São João, CEP: 64.046-700. ADMINISTRAÇÃO: a Fundação é administrada pela Assembleia Geral, Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor. A Assembleia Geral será presidida pelo o Presidente da Fundação e, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-presidente. O Conselho Curador compõe-se de três membros: um Presidente, um 1º Vice-Presidente e um 2º Vice-Presidente; o Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes. O Conselho Diretor compõe-se de quatro membros: um Diretor-Presidente, um Diretor-Vice-Presidente, um Diretor Secretário e um Diretor Tesoureiro, com mandato de dois anos. REPRESENTAÇÃO: a Fundação é representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pelo Diretor-Presidente. COLABORADORES: a Fundação tem as seguintes categorias de colaboradores: I - Colaborem NATOS; II - Colaboradores EFETIVOS; III - Colaboradores CONTRIBUINTES; IV - Colaboradores BENEMÉRITOS. Esses colaboradores serão admitidos mediante indicação da Diretoria da Fundação, devendo a indicação recair a pessoa de ilibada reputação e em condições de prestar serviços à Fundação. ESTATUTO: o estatuto social somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral, e mediante aprovação do Curador das Fundações desta Comarca e, desde que não contrarie os fins da Fundação, em reunião especialmente convocada para este fim e pela votação de, pelo menos, dois terço (2/3) dos membros que compõem os órgãos administrativos e deliberativos da Fundação e. EXTINÇÃO: a Fundação somente poderá ser extinta por deliberação de Assembleia Geral, e mediante aprovação do Curador das Fundações desta Comarca, em reunião especialmente convocada, mediante a votação correspondente a metade mais um das pessoas aptas a tomar parte na Assembleia, tudo sob fiscalização do representante do Ministério Público. DESTINO DO PATRIMÔNIO: na hipótese de se extinguir a Fundação, seus bens e direitos reverterão, em benefício de entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, com sede e atividades no Estado do Piauí.

P. P. 15562

EDITAL

AGROPECUÁRIA LAVORO, LTDA, CNPJ nº 09.614.350/0001-12, proprietária da Fazenda São Mateus, projeto de plantio de Eucalyptus, localizada na zona rural do município de Jerumenha - Pi, torna público que requereram junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMAR, os pedidos das **Licenças Prévia, de Instalação e Desmate**

EDITAL

MINERAÇÃO GRAUNALTD, CNPJ 63.517.098/0001-79, proprietária da Fazenda Vereda do Sítio, projeto de plantio de Eucalyptus, localizada na zona rural do município de Jerumenha - Pi, torna público que requereram junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMAR, os pedidos das **Licenças Prévia, de Instalação e Desmate**

EDITAL

MINERAÇÃO GRAUNALTD, CNPJ 63.517.098/0001-79, proprietária da Fazenda Lagoa do Martins, projeto de plantio de Eucalyptus, localizada na zona rural do município de Jerumenha - Pi, torna público que requereram junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMAR, os pedidos das **Licenças Prévia, de Instalação e Desmate**

P. P. 15563

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA FARMÁCIA ME, CNPJ: 41.514.126/0001-61, R MARCOS PARENTE, CENTRO, CAMPINAS DO PIAUÍ-PI, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMAR, o pedido da Licença de Operação - LO de 01 (um) veículo Transportador de Produtos Perigosos-TPP. Teresina, 18 de junho de 2013.

P. P. 15561

EDITAL

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ- IDEPI, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, bem como a Outorga Preventiva com vistas a reservar um volume outorgável de 2.190 m³/ano, para perfuração de 01 (um) poço tubular na localidade Angical, zona rural do município de Baixa Grande do Ribeiro - PI, coordenadas geográficas de 08° 21' 54.7" de lat. Sul e 45° 12' 41.3" long. Oeste. Bacia hidrográfica: Rio Parnaíba e Sub-bacia: Difusa do Alto Parnaíba Finalidade da água: Abastecimento Humano.

EDITAL

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ- IDEPI, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, bem como a Outorga Preventiva com vistas a reservar um volume outorgável de 1.971 m³/ano, para perfuração de 01 (um) poço tubular na localidade Estribo, zona rural do município de Baixa Grande do Ribeiro - PI, coordenadas geográficas de 08° 24' 12.5" de lat. Sul e 44° 31' 58.8" long. Oeste. Bacia hidrográfica: Rio Parnaíba e Sub-bacia: Difusa do Alto Parnaíba Finalidade da água: Abastecimento Humano.

EDITAL

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ- IDEPI, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, pedido de Licença Prévia e Licença de Instalação, bem como a Outorga Preventiva com vistas a reservar um volume outorgável de 2.190 m³/ano, para perfuração de 01 (um) poço tubular na localidade Rodeador, zona rural do município de Baixa Grande do Ribeiro - PI, coordenadas geográficas de 07° 31' 15.9" de lat. Sul e 45° 07' 26.4" long. Oeste. Bacia hidrográfica: Rio Parnaíba e Sub-bacia: Difusa do Alto Parnaíba Finalidade da água: Abastecimento Humano.

P. P. 15566

Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações Financeiras Referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Agro Energia Piauí S.A.
Piauí - PI

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

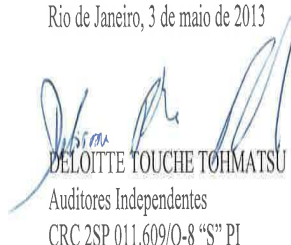
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Energia Piauí S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota explicativa 7, a Companhia adquiriu terrenos de partes relacionadas. Como consequência dessa transação e da adoção do custo atribuído, a Companhia registrou em 2010 mais valor desses terrenos no montante de R\$75.404 mil, líquido de imposto de renda e de contribuição social diferidos, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido. A nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" PI



Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5 "S" PI

AGRO ENERGIA PIAUI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Nota explicativa	2012	2011
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	61	665
Outros créditos		194	-
Total do circulante		255	665
NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		-	66
Investimento	6	669	-
Imobilizado	7	145.587	145.315
Total do não circulante		146.256	145.381
TOTAL DO ATIVO		146.511	146.046

Diário Oficial

18



Teresina(PI) - Sexta-feira, 21 de junho de 2013 • Nº 116

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	16	-
Fornecedores		100	625
Credores por compra de imóveis	5	713	1.011
Outras exigibilidades		53	60
Total do circulante		882	1.696
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	5.831	5.350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	38.844	38.844
Adiantamento para aumento de capital	5	21.009	17.250
Total do não circulante		65.684	61.444
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	12.961	12.961
Ajuste de avaliação patrimonial	10	75.404	75.404
Prejuízos acumulados		(8.420)	(5.459)
Total do patrimônio líquido		79.945	82.906
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		146.511	146.046

AGRO ENERGIA PIAUI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo do exercício por ação)

	Nota explicativa	2012	2011
Ajuste de valor justo de ativo biológico	7	(275)	(3.881)
Administrativas	13	(1.055)	(534)
Tributária		(309)	(33)
Receita financeira		1	6
Despesa financeira		(1.242)	(395)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(81)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.961)	(4.837)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	10	(0,23)	(0,37)

A Companhia não tem resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO ENERGIA PIAUI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		12.961	75.404	(622)	87.743
Prejuízo do exercício		-	-	(4.837)	(4.837)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		12.961	75.404	(5.459)	82.906
Prejuízo do exercício		-	-	(2.961)	(2.961)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		12.961	75.404	(8.420)	79.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(2.961)	(4.837)
Ajuste em:			
Ajuste a valor justo	7.2	275	3.881
Juros sobre dívidas	9	497	395
Depreciação	7.2	42	8
Equivalência Patrimonial		81	(66)
Varição no capital circulante:			
Aumento em outros créditos		(128)	-
Redução de contas a pagar a fornecedores		(525)	-
Redução de outras exigibilidades		(7)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.726)</u>	<u>(619)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos pela aquisição de imobilizados	7.2	(252)	(10.707)
Gastos com ativos biológicos	7.2	(337)	(509)
Investimentos	6	(750)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.339)</u>	<u>(11.216)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para aumento de capital	5	3.759	17.250
Pagamento de dívidas de partes relacionadas		(298)	(4.597)
Pagamento antecipado de financiamento		-	(163)
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		<u>3.461</u>	<u>12.490</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO			
		(604)	655
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			
		<u>665</u>	<u>10</u>
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO			
		<u>61</u>	<u>665</u>
Juros pagos		<u>497</u>	<u>395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Exercício	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício	<u>(2.961)</u>	<u>(4.837)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.961)</u>	<u>(4.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGRO ENERGIA PIAUÍ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agro Energia Piauí S.A. ("Companhia") é uma empresa focada no desenvolvimento de atividades de reflorestamento, com sede social na Fazenda Novo Horizonte, Rodovia Transcerrado, na Cidade de Alvorada do Gurgueia, Estado do Piauí. A Companhia detém terras no Estado do Piauí destinadas para projeto de energia (geração de energia com base em biomassa de eucalipto) e para projeto agrícola (plantação de milho, soja e algodão). A justificativa para o investimento na região do Piauí é que a área está se transformando em uma importante fronteira para a expansão florestal no país, além de possuir condições climáticas favoráveis para plantio.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,28% (2011 - 95,62%) do total de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais que se tornou seu acionista controlador.

Em 4 de julho de 2012, a Companhia e outros dois investidores constituíram sociedade de propósito específico Canto do Buriti Bioeletricidade LTDA. ("Canto do Buriti"), que tem como objetivo a implantação e exploração da usina termelétrica a base de biomassa de eucalipto e participação em leilões de energia nova a serem promovidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Canto do Buriti é controlada em conjunto pelos seus acionistas, com previsão de participação de 33,33% para cada acionista. A Canto do Buriti ainda não iniciou suas operações.

A Companhia está explorando algumas vertentes para desenvolvimento da área onde detém terras no Estado do Piauí.

Para a região do Alvorada do Gurgueia, a Companhia explora as seguintes vertentes:

- Operação agrícola própria, preparando o solo para iniciar plantio de soja, milho e algodão;
- Início das atividades de preparo do solo com objetivo de tornar a área mais atrativa para arrendar a potenciais investidores que atuam no setor agrícola;
- Co-investimento de parceiros ou operadores para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Para a região de Canto do Buriti, a Companhia está explorando três vertentes para o desenvolvimento da área:

- Participação no Leilão A-3 e A-5 2013. Caso não tenha sucesso no leilão, há duas opções em estudo:
 - Negociação de contratos bilaterais privados visando o fornecimento de energia, caso não tenha sucesso no leilão;
 - Implementação de peletizadora com objetivo de exportação para Europa (empresa experiente no setor tem interesse em participar operacional e financeiramente no projeto).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem depósitos bancários, com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) Moeda funcional - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia.



c) Participações em empreendimentos em conjunto ("joint venture") - Joint venture é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de "joint venture" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto podem ser reconhecidas através do método de equivalência patrimonial ou pela aplicação da consolidação proporcional, conforme CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture). A Agro optou pelo primeiro método.

d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada e registrada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens informada na Nota explicativa nº 7.

e) Ativos biológicos - São reconhecidos ao seu valor justo, sendo o ajuste a valor justo computado no resultado.

f) Imposto de renda e contribuição social - São provisionados de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados sobre a mais valia do custo atribuído.

g) Demais ativos e passivos - São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço.

h) Circulante e não circulante - Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Acima desse prazo são classificados no não circulante.

i) Resultado do exercício - O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

j) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativa e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao custo atribuído dos terrenos, provisão para *impairment*, etc.

l) Prejuízo por Ação - A Companhia apura o prejuízo por ação de acordo com pronunciamento técnico CPC 41.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por depósitos bancários:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bancos	<u>61</u>	<u>665</u>

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os saldos referentes a transações entre a Companhia e suas principais partes relacionadas, ocorridas e / ou vigentes, são de mútuo, conforme abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigação - Passivo		
Credores por compra de imóveis	713	1.011
Mútuo - Despesas		
AgroOpportunities	-	333
Triscorp Invest	-	<u>62</u>
Total	<u>-</u>	<u>395</u>

As transações de mútuos foram realizadas entre partes relacionadas com objetivo de prover capital de giro para a Companhia. As transações foram realizadas durante o ano de 2010 e foram suportadas por contratos com incidência de encargos de 12% a.a. Em 2011, todos os mútuos foram liquidados.

A obrigação no passivo no montante de R\$713 (R\$1.011 em 2011) refere-se à aquisição de terras de partes relacionadas no estado do Piauí, sem incidência de encargos e prazos de pagamento estipulados.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram pagos o montante de R\$60 referente à remuneração do conselho de administração da Companhia.

O acionista Triscorp Ativos Florestais - FIP concedeu à Companhia ao longo de 2012 um montante de R\$3.759 (R\$17.250 em 2011) referente à recursos para futuro aumento do capital social.

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADA EM CONJUNTO

A Companhia detém 40,87% de participação no capital social da sociedade de propósito específico Canto do Buriti que é uma entidade controlada em conjunto.

A movimentação da participação societária e o resumo das informações financeiras da controlada em conjunto Canto do Buriti estão abaixo demonstrados:

a) Movimentação da participação societária

Saldo em 1º de janeiro de 2012	-
Integralizações de capital	750
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(81)</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>669</u>

b) Resumo das informações financeiras resumidas da controlada em conjunto em 31/12/2012

Total do ativo	1.715
Total do passivo	79
Patrimônio líquido	1.636
Total da receita	-
Prejuízo no exercício	(198)

7. IMOBILIZADO

7.1. Segue abaixo composição:

	Taxas de depreciação %	2012	2011
Terrenos (1)	-	143.931	143.754
Florestas (2)	-	4.358	3.981
Ajuste a valor Justo (2)	-	(4.156)	(3.881)
Outros ativos imobilizados	10 e 20	1.506	1.471
(-) Depreciação acumulada		<u>(52)</u>	<u>(10)</u>
Total		<u>145.587</u>	<u>145.315</u>

(1) Esses terrenos foram adquiridos de acionistas e a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), por entender que existem diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, de acordo com o ICPC10. Foi contratada a empresa Amaral D' Ávila para efetuar a avaliação dos terrenos, a qual gerou um aumento bruto de R\$114.248 no Ativo Imobilizado. Os terrenos comprados em 2011 dos acionistas foram por preço próximo ao montante estabelecido em laudo de avaliação emitido pela empresa Amaral D' Ávila.

(2) A Companhia adotou o CPC 29 para a mensuração de seus ativos biológicos ao valor justo na data-base de 31 de dezembro de 2012. A avaliação foi realizada pelo Engenheiro Florestal - Elieser Neves, com a utilização da metodologia de comparação com dados de mercado. O ajuste negativo do valo justo está relacionado com o fato de que a estratégia de plantação não se concretizou de forma esperada.

A Companhia está em processo de registro das propriedades em seu nome. Em 31 de dezembro de 2012, 15 propriedades estavam registradas em nome da Companhia, num total de 22 propriedades.

7.2. Movimentação do ativo imobilizado

	2012	2011
Saldo no início do exercício	145.315	136.429
Aquisição de terrenos de partes relacionadas	177	11.718
Gastos com florestas e outros gastos	337	1.057
Aquisição de máquinas e equipamentos	75	-
Depreciação do ano	(42)	(8)
Avaliação a valor justo das florestas	<u>(275)</u>	<u>(3.881)</u>
Saldo no final do exercício	<u>145.587</u>	<u>145.315</u>

7.3. Análise do valor recuperável

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou o teste de *impairment* com base no fluxo de caixa descontado e não encontrou indicação, visto que o valor do ativo está inferior ao valor recuperável.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Representam tributos diferidos calculados sobre o ajuste a *fair value* dos terrenos avaliados pela adoção do Custo Atribuído (*deemed cost*), de acordo com o ICPC10 e CPC32.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As fontes externas de recursos são constituídas basicamente por captações efetuadas através de empréstimos bancários com Banco de Desenvolvimento Regional.

Instituição	Taxa	2012	2011
Banco do Nordeste do Brasil	8,50%	2.793	2.552
Banco do Nordeste do Brasil	8,50%	2.987	2.731
		5.780	5.283
Bradesco	-	67	67
Total		<u>5.847</u>	<u>5.350</u>

O total da dívida vence, substancialmente, após 2015.

Os empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil estão garantidos por terrenos da Companhia.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social no valor de R\$12.961, subscrito e totalmente integralizado é dividido em 12.961 mil ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, entre os acionistas:

	31/12/2012	
	Número de ações (mil)	% de participação
Triscorp Ativos Florestais - FIP	12.868	99,28%
Minoritários	93	0,72%
Total	<u>12.961</u>	<u>100%</u>



	31/12/2011	
	Número de ações (mil)	% de participação
Triscorp Ativos Florestais - FIP	12.394	95,62%
Minoritários	567	4,38%
Total	<u>12.961</u>	<u>100%</u>

A gestora da Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimento em Participações detém direito de aquisição de 20% de ações do capital social da Agro Energia Piauí S.A., via Bônus de Subscrição, com base no valor dessa Companhia obtido por meio de Laudo de Avaliação em 2010, devidamente atualizado pelo índice IPCA + 6% até o momento da efetiva conversão do Bônus em ações da Agro.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

	2012	2011
Ajuste avaliação patrimonial - Terrenos:		
Valor bruto	114.248	114.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.844)	(38.844)
Valor líquido	<u>75.404</u>	<u>75.404</u>

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) para os terrenos, por entender que existem diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, de acordo com o ICPC 10. O Laudo de Avaliação foi elaborado pela empresa Amaral D'Ávila.

c) Reserva Legal

O Estatuto da Companhia prevê a destinação de 5% do lucro líquido para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

d) Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

e) Cálculo do prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2012	2011
Resultado básico e diluído por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(2.961)	R\$(4.837)
Média ponderada de número de ações	12.961 mil	12.961 mil
Prejuízo básico e diluído por ação - em reais	R\$(0,23)	R\$(0,37)

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, somente tem instrumentos financeiros passivos, relacionados com fornecedores, credores por venda de imóveis e dívidas de empréstimos e financiamentos bancários, que estão classificados na categoria de custo amortizado.

O saldo a pagar com fornecedores e com credores por venda de imóveis, com vencimento a curto prazo, têm os seus valores contábeis próximos aos seus valores justos.

	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos em 31/12/2012	5.847	6.082
Empréstimos e financiamentos em 31/12/2011	5.351	4.812

O valor justo do empréstimo foi calculado com base na taxa SELIC.

A Companhia não opera com derivativos e não está exposta a taxa de juros de mercado, sendo que eventuais necessidades de recursos serão supridas pelo seu acionista principal (Triscorp Ativos florestais - FIP).

12. CONTINGENCIAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não estava envolvida em nenhum processo judicial de qualquer natureza.

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As informações sobre a natureza das despesas administrativas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2012	2011
Honorários advocatícios	105	77
Serviços prestados	579	103
Despesa com pessoal	179	166
Outras	<u>192</u>	<u>188</u>
Total	<u>1.055</u>	<u>534</u>

14. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de fevereiro de 2013, houve aumento de capital social no valor de R\$21.333, passando de R\$12.961, para R\$34.295, através de capitalização de crédito em razão de adiantamentos para futuro aumento do capital social (AFAC) realizado pelo acionista Triscorp Ativos Florestais - FIP, com a emissão de 2.180.508 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,78364802. O valor do preço da ação foi elaborado com base no laudo de avaliação peritos judiciais na data base 31.12.2010.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 03 de maio de 2013 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.